

Defensoria Pública

Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE

RGF - ANEXO 1 (Portaria
STN nº 72/2012, art. 11, I)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.949.619,81	2.949.006,78	2.949.341,15	5.052.824,41	2.977.878,99	2.962.380,07	3.018.951,76	3.034.852,61	3.003.058,50	3.350.543,35	4.519.647,61	4.745.778,31	41.513.883,35		41.513.883,35
Pessoal Ativo	2.949.619,81	2.949.006,78	2.949.341,15	5.052.824,41	2.977.878,99	2.962.380,07	3.018.951,76	3.034.852,61	3.003.058,50	3.350.543,35	4.519.647,61	4.745.778,31	41.513.883,35		41.513.883,35
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.367.385,01	2.370.675,70	2.366.672,88	3.901.837,70	2.359.727,69	2.346.005,23	2.402.887,08	2.419.475,83	2.387.681,72	2.696.280,80	3.736.811,95	3.793.158,61	33.148.600,20		33.148.600,20
Obrigações Patronais	582.234,80	578.331,08	582.668,27	1.150.986,71	618.151,30	616.374,84	616.064,68	615.376,78	615.376,78	654.262,55	782.835,66	952.619,70	8.365.283,15		8.365.283,15
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas															
Aposentadorias, Reserva e Reformas															
Pensões															
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração															
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados															
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.949.619,81	2.949.006,78	2.949.341,15	5.052.824,41	2.977.878,99	2.962.380,07	3.018.951,76	3.034.852,61	3.003.058,50	3.350.543,35	4.519.647,61	4.745.778,31	41.513.883,35	0,00	41.513.883,35

NOTA:
1 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados.

3. Quanto ao inativo, deixou-se de lançar para não ocorrer duplicidade de dedução, já que todas as despesas com inativos, vinculadas a UG 47076 IPREV, são deduzidas pelo Poder Executivo.

Cod. Mat.: 560737

PORTARIA nº 167, de 27/09/2018.

TORNA PÚBLICO o afastamento da Defensoria Pública-Geral, Ana Carolina Dihl Cavalin, pelo período de 15 (quinze) dias, para o gozo de férias, com início no dia 01 de outubro e término no dia 15 de outubro de 2018. A titularidade da Defensoria Pública, no referido período, ficará a cargo do Subdefensor Público-Geral, João Joffily Coutinho, na forma do artigo 11, da LC 575/2012.

Florianópolis, 27 de setembro de 2018.

ANA CAROLINA DHIL CAVALIN
Defensoria Pública-Geral.

Cod. Mat.: 560875

Autarquias Estaduais

DEINFRA – Departamento Estadual de Infraestrutura

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado de Infraestrutura
Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA
LICENÇA AMBIENTAL

O Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, inscrito no CPNJ 05.510.080/0001-49 torna público que Requereu da Fundação do Meio Ambiente de Criciúma - FAMCRI a Licença Ambiental de Operação – LAO da Rodovia SC 446 – Anel do Contorno Viário de Criciúma – Segmento 3, Lote 1.

Cod. Mat.: 560767

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
RESOLUÇÃO CA - Nº 0265/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 5º, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 1678, de 15 de abril de 2004, e de acordo com